



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Governo
Ouvidoria Geral do Estado
SECRETARIA DE GOVERNO



Despacho

Assunto: DECISÃO OGE/LAI nº 074/2020

Número de referência: PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria da Segurança Pública

UNIDADE: Polícia Militar do Estado de São Paulo

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Acesso a informações sobre ocorrências registradas sobre diversos delitos, ano a ano, por município. Inovação no pedido recursal. Não conhecimento.

DECISÃO OGE/LAI nº 074/2020

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Polícia Militar do Estado de São Paulo, número SIC em epígrafe, para acesso a informações sobre ocorrências registradas sobre diversos delitos, ano a ano, por município.
2. Em resposta e em recurso, o ente justificou a impossibilidade de atendimento por se tratar de pedido genérico, não sendo delimitado o período. Inconformado, o solicitante impetrou o presente recurso cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. No caso em apreço, constata-se que o ente justificou a não possibilidade de atendimento ao solicitado, por serem pedidos genéricos. Em seguida, o solicitante não reiterou seu pedido, passando a reclamar sobre a não indicação do período que existam os dados, sendo inevitável a conclusão de que, no presente caso, o recurso não encontra respaldo na legislação vigente para ser conhecido, carecendo-lhe de motivação e o pressuposto recursal da negativa de acesso (artigo 20 caput do Decreto nº 58052/2012).
4. Nada impede que o solicitante entre com novos pedidos de informações, com períodos determinados, dando a possibilidade do ente respondê-los com os dados existentes e justificando quando não existirem.
5. Nesse sentido, a Ouvidoria Geral do Estado e a Controladoria Geral da União possuem entendimento já firmado, asseverando que "a Lei de Acesso à Informação não ampara a formulação de consultas, reclamações e denúncias, bem como pedidos de providências para a Administração Pública Federal ou solicitações de

Classif. documental

006.03.02.001



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Governo
Ouvidoria Geral do Estado
SECRETARIA DE GOVERNO

- indenizações. Os pedidos de acesso devem veicular, única e exclusivamente, o acesso a dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato". (Referência: 48700.000688/2014-71, Órgão ou entidade recorrido: ANEEL - Agencia Nacional de Energia Elétrica. Recorrente: A.L.S.S).
6. Assim, considerando não se tratar de demanda recursal motivada por acesso à informação e tampouco almejar reforma da resposta ofertada pelo ente, **não conheço do recurso**, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 e seus incisos do Decreto n. 58.052/2012.
 7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 07 de abril de 2020.

Vera Wolff Bava
Ouvidora Geral do Estado
Ouvidoria Geral do Estado